



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias cinco e seis de maio de hum mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde (CNS), realizou-se a Vigésima Quarta Reunião Ordinária do CNS, do período de hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco. A reunião foi aberta com a presença do Ministro da Saúde Interino, **José Alberto Hermógenes de Souza**, que informou o plenário sobre a edição em breve, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro **Jamil Haddad**, das Normas de Descentralização, documento elaborado pela Comissão Tripartite, que instrumentaliza o processo de descentralização. Em seguida, a Coordenadora Geral do Conselho deu os seguintes informes: comunicou o encaminhamento relativo a moção apresentada pela Conselheira **Ana Maria**, em reunião anterior, cujo teor dizia respeito à destinação do prédio no qual funcionaria um centro de reabilitação de deficientes físicos no Rio de Janeiro, para atividades do INSS. Na resposta, o Ministro da Previdência Social comunicou a revisão da decisão funcionamento. Registrou o recebimento de abaixo-assinado do Movimento de Sobrevivência na Transamazônica, reivindicando o cumprimento das recomendações específicas do setor saúde, do Grupo de Trabalho **Interministerial**, criado pelo Presidente da República. Comunicou que aguarda informações solicitadas às instituições envolvidas. Foi feita a leitura do decreto que reestrutura o Fundo Nacional de Saúde, o qual reforça o papel do CNS e implica a indicação de dois de seus membros para comporem a Junta Diretiva do FNS. Foi feita referência ao Decreto nº 807, de 24/04/93, de criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, e ao Decreto nº 809, de 24/04/93, de extinção do INAMPS e definição de estrutura provisória. Foram comunicados o recebimento de ofício da entidade que representa as Santas Casas de Misericórdia solicitando sua participação no CNS, enquanto setor privado filantrópico, e de moção da SES/MS em repúdio à forma como a imprensa tem tratado a questão da extinção do INAMPS, e, em defesa do processo de descentralizado e da capacidade dos estados em assumi-la. **Sólon Vianna** justificou a ausência do Conselheiro **Nilson Holanda**, a quem estava representando. O Conselheiro **Swedenberger** comentou sobre o processo de extinção do INAMPS e alertou sobre a necessidade do CNS discutir a questão, o que, no seu entender, deveria ser prioritário. A Conselheira **Leny** encaminhou solicitação de que se antecipasse também a discussão do **Tema 14**, sobre a reestruturação do CNS. O Conselheiro **Swedenberger** propôs que fossem priorizados os seguintes temas: Fundo Nacional de Saúde; Indicação de representantes do CNS; Tema 04 – Relatório da IX Conferência Nacional de Saúde; Tema 06 – Instrumentos Normativos para Descentralização; Tema 19 – Reestruturação do CNS e discussão sobre o INAMPS; Tema 07 – Parâmetros e Critérios de Remuneração de Serviços; e Tema –08 – Representação do CNS no Conselho da Seguridade Social. O Conselheiro **Allgayer** destacou a qualidade das declarações do Ministério da Previdência Social sobre o repasse de recursos para a Saúde e solicitou que o CNS se posicionasse sobre o fato. A Coordenação Geral do CNS esclareceu e justificou a organização da pauta pela quantidade de processos e temas pendentes e propôs que a priorização de temas, apresentada por alguns Conselheiros, vigorasse na parte da tarde e no segundo dia, ficando a primeira parte da reunião destinada ao esgotamento dos temas 1 e 2. Aceita a proposta, a Coordenação Geral aproveitou para apresentar o Conselheiro **Milton Menezes**, que participava na qualidade de novo suplente do Ministério da Educação e do Desporto. **TEMA 01 – Recomendações da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio**. Foram aprovadas por unanimidade as de nº 09, 10, 11 e 12/93. Quanto a Recomendação nº 13/93, que solicita seja acatado, na sua totalidade, o documento final do Fórum Nacional de Saúde Indígena, realizado no período de 22 a 26 de abril, onde está proposto que a “Coordenação de Saúde do Índio passe a ser vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro, conforme proposta pela 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, de 1986”, em sua Recomendação nº 01, e que, “enquanto se tomas as medidas cabíveis para se organizar e instalar uma Coordenação de Saúde Indígena junto ao Gabinete do Ministro da Saúde, a COSAI seja promovida à condição de Departamento no Organograma da FNS”. Houve as seguintes manifestações: o Conselheiro **Seixas** sugeriu que o Conselho definisse uma conduta em linha mais coerente com relação ao índio, diante do fato de que no documento final do referido Fórum, as ações propostas para a

saúde indígena ora são centralizadoras, ora descentralizadoras, ora o índio tem cidadania, ora está protegido pela tutela. A Coordenadora Geral do Conselho lembrou, quanto à recomendação de transformar a COSAI em Departamento, que tal medida depende da reestruturação organizacional da FNS/MS. O Conselheiro **José Roberto** manifestou-se contra esta recomendação. O Conselheiro **Milton Menezes** sugeriu identificação dos pontos questionáveis da Recomendação nº 13/93, e aprovação dos demais, em função de seu caráter estratégico. O Conselheiro **José Roberto** propôs então que esta matéria fosse examinada na II Conferência de Proteção à Saúde do Índio, a ser realizada neste ano, conforme já aprovada na Recomendação nº 09/93. O Conselheiro **Francisco** lembrou que o documento coloca a FNS e o MS com órgãos distintos. Observou que se fala do índio como se ele vivesse à parte e que se deve estruturar as ações de saúde numa perspectiva de integrá-las no SUS. Lembrou a sua experiência em Tarauacá, no Acre, onde as atividades de saúde para o índio não podem ser organizadas isoladamente da saúde do seringueiro e de outros regionais, evitando, assim, que o índio permaneça numa redoma. O Conselheiro **Milton Menezes** retornou sua proposta de que fosse aprovada a Recomendação nº 13/93, com exceção daquilo que fosse referente a questões estruturais do Ministério da Saúde. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, a Recomendação nº 13/93 – CISI foi aprovada, com ressalvas para a proposta de inserção estrutural da COSAI. As Recomendações de nº 14/93 e 15/93 foram lidas e aprovadas por unanimidade. A Recomendação de nº 16/93, da Comissão de Saúde do Índio, tratava de solicitação de providências no âmbito do Gabinete do Ministro, com vistas à para a solução de problemas de relacionamento político e operacional com a FUNAI. Submetida ao plenário, ela foi aprovada. O Conselheiro **Swedenberger** comentou, a propósito deste tipo de recomendação, que deve ficar claro o papel do CNS nestes casos. Salientou que as recomendações aprovadas implicam providências práticas e urgentes para a solução dos problemas identificados. Destacou que não há um retorno sobre o que é encaminhado a partir das resoluções do CNS e que isto indica haver um divórcio entre o que o Conselho aprova e o que as áreas executoras do MS encaminham. Concluindo sua intervenção, solicitou que a questão fosse levada ao Ministro e que, além disto, a Coordenação Geral do CNS fizesse um levantamento das resoluções já aprovadas, com seu conseqüente encaminhamento para discussão no plenário de junho/93. Esta proposta obteve a aprovação de todos os presentes. Recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) em resposta à solicitação da Coordenadora Geral deste Conselho, a CIST propôs a inclusão de *“um representante do Ministério da Previdência Social, excluindo a representação da Confederação Nacional da Agricultura”*. O Conselheiro **Seixas** lembrou da relevância da participação do trabalhador rural por seu alojamento dos processos sociais e conseqüente desproteção, o que implicaria uma revisão da representação política deste segmento no CNS. O Conselheiro **Leilton** sugeriu a reavaliação da representação institucional, bem como da participação dos seus representantes. O Conselheiro **Thiers**, concordando com essa posição, salientou a importância da agricultura nos determinantes da saúde, propondo que não se deve mudar a instituição, mas sim os seus representantes, e defendeu a recomendação, propondo que outras comissões também o fizessem. O Conselheiro **Allgayer** lembrou que a composição das Comissões está prevista regimentalmente e que foram discutidas neste plenário. Assim, sugeriu que a Coordenação do CNS notificasse a Confederação Nacional da Agricultura, ressaltando a importância de sua participação e que se definisse um prazo para que esta situação fosse resolvida, tendo sugerido até o dia 31 de maio próximo para que a CNA respondesse sobre o assunto. A Coordenação informou que já havia sido encaminhada uma solicitação de pronunciamento daquela entidade, não tendo obtido resposta. O Conselheiro **Seixas** colocou que a natureza da substituição é política, pois se trata de substituição de entidade, com implicações éticas, sendo deselegante discuti-la na ausência do representante da CONTAG. Foi observado pelo Conselheiro **Leilton** que a CNA não representa o trabalhador rural. O assunto foi aprovado por maioria simples. Quanto à recomendação nº 12/93, da CT/APAS, para que o CNS participe, através dos representantes próprios, nas reuniões do Mercosul (estando a próxima marcada para Montevidéu, no dia 05 de junho de 1993), o Conselheiro **Thiers** iniciou a discussão observando que a CT/APAS é uma comissão muito ativa do Conselho e que, na área de Farmácia, não existem conversações no fórum de constituição do Mercosul e que as divergências no ensino entre estes países é muito grande. O Conselheiro **Allgayer** reafirmou a necessidade de propostas, informando que, praticamente, só existem gestões na área de saúde do trabalhador. O Conselheiro **Swedenberger** reforçou esta posição, acrescentando que também se deveria fazer a articulação política do conjunto das profissões de saúde para efeito de novos cursos. A observação do representante da SEPLAN/PR, de que o Ministério da Saúde já teria indicado um representante, o Conselheiro **Swedenberger** acrescentou que o Ministério da Saúde deveria ter encaminhado antes ao CNS a indicação de sua representação no Mercosul, pelas implicações inerentes à representação oficial deste Ministério. Concluiu-se que, em face da carência de informações oficiais, como esta discussão não seria possível aprovar uma recomendação como esta neste momento. O Conselheiro

José Roberto solicitou à Coordenação do Conselho que assumisse a incumbência de encaminhar, então, a reivindicação do CNS de representação no Mercosul. Foi solicitada a apresentação de dados relativos ao tema, bem como fossem feitas gestões por parte da Coordenação nesse sentido. Quanto à Recomendação nº 13 da CT/APAS, cujo conteúdo diz respeito à necessidade de regulamentação dos instrumentos e mecanismos contidos no Relatório Final da IX Conferência Nacional de Saúde, para conseqüente implementação do SUS, o Conselheiro **Swedenberger**, que está aprofundando um estudo sobre a matéria, sugeriu adiar a discussão para, assim, melhor se deter nos aspectos de relevância política para o CNS. A sua proposta foi aceita por unanimidade e deverá retornar em junho/93. Quanto à recomendação nº 14/93 a CT/APAS, procedente da análise do documento "*Municipalização das Ações e Serviços de Saúde: A Ousadia de Cumprir e Fazer Cumprir a Lei*", o Conselheiro **Swedenberger** observou que a recomendação apresentava alguns equívocos, uma vez que não se trata de um problema. E como a matéria está em processo de discussão e normalização, deveria ser encaminhada ao GED. Tal proposta foi reforçada pelos Conselheiros **Seixas, Allgayer, Aboim, José Roberto e Francisco**. Este último enfatizou a necessidade de sensibilizar e comprometer os Governadores, os Secretários Estaduais, Municipais, Prefeitos e outros políticos estratégicos para implementação do SUS. **TEMA 02 – Processos de Abertura de Novos Cursos**. O Conselheiro **Thiers** fez leitura de seu parecer aprovado a criação do Curso de Educação Física da Faculdade de Dourados/Mato Grosso do Sul. Aprovado por oito votos. Processo nº 23001.000575/92-55, relativo ao Curso de Farmácia – Faculdade Anhembí – Morumbi, SP. O relator, Conselheiro **Thiers**, solicitou que outros Conselheiros participassem do relatório final. Os Conselheiros **Jocélio e Zilda** foram indicados para analisá-lo. Aproveitando a oportunidade da discussão, o Conselheiro **Aboim** manifestou sua preocupação com a criação de novos cursos e a necessidade de estabelecer, como princípio, uma assessoria técnica especializada, sugerindo a nomeação de um grupo para estabelecer normas de autorização dos cursos e para rever as relações MED e MS. Este comentário foi apoiado pelo Conselheiro **Thiers** que lembrou estarem os processos bem instrumentalizados. O Conselheiro **Swedenberger** chamou a atenção para quando se discutiu, em reuniões passadas, a necessidade de acompanhamento e avaliação dos cursos, tendo comentado que os cursos de saúde eram aprovados pelo MEC e que as escolas tinham um alvará vitalício de funcionamento. Fez referência à Portaria MED/MS que estabelece os princípios de análise dos processos e das necessidades sociais, bem como das instalações físicas. Manifestou ainda a sua opinião de que ao CNS interessa a política de desenvolvimento de Recursos Humanos, formação, qualificação, inserção do mercado de trabalho e outros e mostrou a necessidade de fiscalização pelos segmentos sociais e pelos Conselhos Estaduais e Municipais. O representante do Conselheiro **Nilson Holanda** manifestou sua opinião quanto ao relacionamento do CNS com o CFE, em que se evidencia a carência de uma diretriz política orientadora, no que se evidencia a carência de uma diretriz política orientadora, no que foi fortalecido pelo Conselheiro **Mário Cardoso**, que sugeriu que o CNS pedisse ao CFE que desse ciência de todos os critérios técnicos normativos utilizados por eles. O representante do MED, Conselheiro **Milton Menezes**, considerou o assunto polêmico e sugeriu uma maior participação deste Conselho com relação ao encaminhamento da matéria, considerando o caráter terminativo dos processos do CNS, na expectativa de que os dois Conselhos, da Saúde e da Educação, encontrem um caminho de trabalho integrado. Processo nº 23001.001006/86-05 – Curso de Psicologia do Instituto Superior de Ensino Sorocabano – O parecer foi relatado pelo Conselheiro **Seixas**, elogiado quanta à objetividade pelos Conselheiros **Aboim e Zilda**, sendo aprovado pelo plenário. Processo nº 23000.008290/92-12 – Curso de Fisioterapia – Fundação Educacional de Lavras/Minas Gerais. O parecer foi apresentado pelo Conselheiro **Seixas** e aprovado por unanimidade, pelo plenário. Processo nº 23033.023598/86-96 – Curso de Nutrição – Faculdade de Fonoaudiologia e Nutrição Duquesa de Goiás – SP. Relator Conselheiro **Seixas**. Foi concedido pedido de vistas ao Conselheiro **Swedenberger**, devendo ser ponto de pauta para a reunião de junho. Processo nº 23001.000942/90-12 – Curso de Odontologia – Universidade de Fortaleza – CE. O relator informou que este processo será apresentado na próxima reunião em junho. Processo nº 23025.003354/85-12 – Curso de Fisioterapia – Associação Técnica Educacional do Oeste Paranaense Assis Chateaubriand – PR – foram indicados relatores os Conselheiros **Zilda e Seixas**. **TEMA 03 – Recomendação nº 07/92 do CT/APAS, sobre o Curso de Instrumentação Cirúrgica**. O Conselheiro **Aboim**, após pedido de vistas, apresentou análise fundamentando seu parecer em pesquisa realizada em 20 hospitais do Rio de Janeiro, dos setores públicos e privados, concluindo que os profissionais desta área estão desviados de suas funções, não obedecem a critérios para avaliar o desempenho eficiente e que o Curso tem que ter pré-requisitos básicos como: - instituição reconhecida, escolaridade de 2º grau, curso técnico de auxiliar de enfermagem, curriculum avaliado periodicamente, que possibilite qualificação e competência técnica compatível. Reforça a questão de carreira, cargos e salários, evidenciando que não estava propondo a criação de uma nova função, mas o pleno reconhecimento dos profissionais que atuam na área, que

têm a prática, mas não têm o curso e que necessitam o resgate de sua competência técnica. Foi aprovado o parecer que recomenda que cursos desta natureza tenham como pré-requisito cursos técnicos de auxiliar de enfermagem. Com a presença do Ministro Interino da Saúde, a reunião foi retomada à tarde, com o tema levantado pelo Conselheiro **Allgayer**, relativo à notícia de negativa de repasse dos recursos da Previdência Social para o SUS, pelo Ministério da Previdência Social. O Ministro Interino informou que o Presidente **Itamar** recomendou aos Ministros do Planejamento e da Fazenda que assegurassem os recursos para a área de saúde e para a previdência social, tendo reafirmado o conceito de seguridade social como uma das conquistas da Constituição de 1988. Informou ainda que o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, **Wando Borges**, ficou de encaminhar um relatório ao Secretário Executivo do Ministério da Saúde, após reunião interna no Ministério da Fazenda, quanto ao fato de que, da cota a ser repassado para o MS, entre janeiro e abril, que totaliza vinte e nove trilhões, apenas vinte foram recebidos. O Conselheiro **Elias Jorge** apresentou uma série de dados distribuídos aos Conselheiros sobre as implicações do anunciado pelo Ministro **Brito** no financiamento da saúde. Indagado pelo Conselheiro **Barbanti** sobre a possibilidade de alteração no que está estabelecido em lei, quanto aos recursos do FINSOCIAL, depositados em juízo, o Conselheiro **Elias Jorge** explicou que há muitas dificuldades por questões jurídicas, mas que considerava viável a criação de um grupo de trabalho, com o objetivo de buscar formas de resolver a questão dos recursos FINSOCIAL, para o que pediu apoio do Conselho. O Conselheiro **João Guerra**, após mencionar as atividades e estudos do IBASE, destacou que fazia falta um posicionamento político claro do CNS. O Conselheiro **Allgayer** propôs que o CNS elaborasse uma nota oficial posicionando-se contra as declarações e instrumentos do Ministério da Previdência. O Conselheiro **Arlindo** fez considerações sobre o plano econômico do Ministro **Eliseu Resende** e propôs que o conteúdo da nota oficial mencionasse a responsabilidade dos condutores da política econômica pelos obstáculos ao SUS. Fez ainda um alerta sobre a tendência à privatização do sistema previdenciário, a exemplo do que ocorreu no Chile. A Conselheira **Zilda**, em apoio à proposta da nota oficial, acrescentou que a mesma deveria ter a máxima divulgação. O Conselheiro **Swedenberger** recordou já haver questionado se a política do atual Ministério era a política do Governo, e identificou as declarações do Ministro **Brito**, como uma demonstração das contradições do atual Governo. Destacou a necessidade de o CNS buscar alianças junto ao Congresso Nacional e apoiou a proposta de um posicionamento formal, que demonstrasse a indignação do CNS com os fatos. Acrescentou proposta de que o CNS, como órgão da sociedade, solicitasse uma audiência com o Presidente da República para discutir a questão do financiamento setorial. Logo em seguida, o Conselheiro **Mário Cardoso**, em apoio às palavras do antecessor, reclamou da “*tibieza*” do Ministério em não condenar a questão. O Conselheiro **João Guerra**, após expressar seu desejo de integrar a Comissão do Conselho para acompanhamento das questões orçamentárias, lembrou a necessidade de se incluir em pauta as questões relativas à revisão constitucional. Nesse sentido, o Conselheiro **Elias Jorge** lembrou que as propostas referendadas pelo CNS em abril/93, quanto a alterações na LDO/94, devem ser transformadas em emendas, e propôs que o CNS autorizasse apresentação dessas emendas ao projeto de lei sobre vinculação de receitas, sobre a garantia de fluxos de recursos, dentre outras. Ressaltou a importância de trabalhar como Conselho Nacional de Saúde e não apenas como Ministério da Saúde. O Conselheiro **Jocélio** propôs que fosse feito um “*marketing*” da saúde e que a nota deixasse clara a ilegalidade da decisão do Ministério da Previdência. Destacou que a idéia da audiência com o Presidente da República era muito boa e sugeriu, também, convite ao Ministro da Fazenda para comparecer ao Conselho. Em síntese, esse ponto de discussão teve os seguintes encaminhamentos: **1-** elaboração de Nota Pública em Defesa da Saúde e da Seguridade Social pelos Conselheiros **Elias Jorge**, **Arlindo** e **João Guerra** – foi lida e aprovada por unanimidade, e encaminhada ao Presidente do Conselho Nacional de Seguridade Social, ao Presidente da República, aos Ministros da área, aos dirigentes das casas legislativas, às Comissões de Seguridade Social no Congresso Nacional e aos meios de comunicação de massa; **2-** solicitação de audiência ao Presidente da República para os integrantes do Conselho Nacional de Saúde; **3-** convite ao Ministro da Fazenda para comparecer ao Conselho Nacional de Saúde; **4-** comparecimento de Conselheiros do CNS à Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Seguridade Social no dia 12/05/93. O Conselheiro **Elias Jorge** solicitou anexar à ata documento do DATASUS que encaminhou à mesa. **TEMA 06 – Instrumentos Normativos para o Processo de Descentralização.** Antes da apreciação do documento pela Coordenadora de Planejamento do MS, o Conselheiro **Swedenberger** registrou a ausência dos representantes do CONASS e do CONASEMS no momento da discussão de tema tão importante. O Conselheiro **Barbanti** questionou a mesa sobre o resultado esperado para esta discussão, no que foi esclarecido pelo Ministro Interino de que estava sendo dado conhecimento ao CNS das medidas que seriam adotadas para operacionalizar as diretrizes aprovadas anteriormente. Na discussão poderiam ser apresentadas sugestões que a Comissão Tripartite analisaria do ponto de vista técnico-operacional. A Coordenadora de Planejamento Setorial, **Elizabeth Barros**, fez exposição do

documento “*Norma Operacional Básica 1992*”. Após a exposição, a Conselheira **Zilda**, cumprimentando o Ministério pelo esforço em disciplinar a descentralização, manifestou sua preocupação com ações de caráter preventivo que pareciam não estar contemplada na norma. Constatou que, novamente, o documento não fazia referência à educação em saúde. Encaminhou, por escrito, sugestões que foram imediatamente repassadas à expositora. O Conselheiro **Milton Menezes** levantou uma série de pontos relacionados aos Hospitais Universitários, no processo de construção do SUS, tais como à diferenciação feita entre prestador público e hospital universitário, situação do FIDEPS, autonomia universitária e gestão municipal. O Conselheiro **Mansur** destacou a necessidade da diferenciação entre a conceituação de serviços de alto risco e serviços de alta complexidade. **Sólon Vianna** fez uma série de considerações sobre aspectos e conceitos que orientam a norma e que são de difícil operacionalização. Todos os pontos levantados foram comentados pela Coordenadora de Planejamento do MS, que se comprometeu a levá-los ao grupo que elaborou o documento. Finalmente, o Plenário entendeu, em concordância com o Conselheiro **Jocélio**, que foi positivo o avanço do MS, no sentido de operacionalizar e normalizar o processo de descentralização, como resposta ao que o CNS aprovou enquanto diretrizes para consolidação do SUS. O Conselheiro **Barbanti** propôs que na versão final do documento ministerial sobre a descentralização, constasse referência às Resoluções nº 33, de 23/12/92, e nº 36, de 04/02/93. Contestado por alguns Conselheiros, manteve sua posição e pediu que constasse em ata. **TEMA 04 – Relatório da IX Conferência Nacional de Saúde.** O Conselheiro **Swedenberger** propôs ser o relator do tema para a reunião de julho/93. Foi indicado também, como relator, o Conselheiro **Seixas**. Neste momento, o Conselheiro **Seixas** pediu que se registrasse em ata o arrombamento de dois carros, no estacionamento do anexo do Ministério da Saúde, no final da tarde do dia 05/05, de propriedade dos Conselheiros **Seixas** e **Milton Menezes** respectivamente. Solicitou gestão junto à Administração do Ministério para melhorar a segurança da área. **TEMA 05 – Portaria MS nº 316/77 e Parecer do CT/APAS Solicitando sua Renovação.** O Conselheiro **Thiers**, relator do processo, fez referência à edição do Decreto nº 793, de 05/04/93, que ampliou as possibilidades de renovação da PT/MS 316. Referiu-se também à Recomendação nº 01/93 da CT de Prestadores de Serviços Privados, lamentando que aquela Comissão tivesse encaminhado documento com teor que vai conter um posicionamento do Conselho através de moção de apoio ao Decreto nº 793. Propôs que o plenário aprovasse a renovação da Portaria nº 316/77 e rejeitasse a Recomendação nº 01/93 da CT/APPSS. Colocadas em votação, as duas propostas, em bloco, foram aprovadas por 10 votos contra 4. Diante da proposta do Conselheiro **Barbanti** de retornar a Recomendação nº 01/93 da CT/APPSS, a Coordenadora Geral do Conselho sugeriu que o Decreto nº 793/77 fosse encaminhado às Comissões do Conselho, para análise e sugestões quanto à sua aplicabilidade, o que foi aceito por todos. **TEMA 07 – Apresentação e Discussão dos Parâmetros e Critérios de Remuneração dos Serviços Privados Contratados.** A apresentação do tema foi feita pelo Conselheiro **Mosconi** e por **Gilson Carvalho**, Diretor do Departamento do SUS da Secretaria de Assistência à Saúde/MS. Por solicitação do Conselheiro **João Guerra**, haverá transcrição deste trecho da reunião, que será, posteriormente, distribuída aos Conselheiros e anexada a esta Ata. Após a apresentação, o Conselheiro **Jocélio** propôs que a Comissão de Acompanhamento do Orçamento do Conselho se reunisse antes da plenária de junho, com o objetivo de melhor estudar a questão e encaminhar algo mais concreto ao plenário. Ficou definida uma reunião na semana anterior à plenária de junho, em dia a ser acertado entre os membros da Comissão. Ainda com a presença de **Gilson Carvalho**, fez exposição sobre a extinção do INAMPS, ressaltando o processo de substituição da lógica previdenciária pelo conceito de cidadania aprovado na Constituição de 1988. Este trecho da reunião também será transcrito da gravação, distribuído aos Conselheiros e anexado a esta ata. O Conselheiro **Jocélio** propôs a discussão de um tema extrapauta, que trata da proposta de criação de “*Mesa Nacional de Negociação*”. Fez a leitura da minuta de resolução do CNS criando a referida “*Mesa*”, composta por 10 representantes do Governo (4 do MS, 3 do CONASS e 3 do CONASEMS) e 10 das entidades sindicais, além do setor privado, não explicitado na minuta, mas que poderia ser incluído, ampliando-se o número de membros originalmente proposto. O Conselheiro **Barbanti** ponderou ser importante caracterizar as entidades estaduais do SUS e não no âmbito do SUS, enquanto componentes da “*Mesa*”, e propôs que não se incluíssem os prestadores privados, no que teve a concordância do Conselheiro **Arlindo**. Este Conselheiro questionou também sobre a possibilidade de concorrência da “*Mesa*” com o CTRH/GED. O Conselheiro **Jocélio** respondeu que a “*Mesa*” não concorre com o CTRH/GED, mas que também não se subordina a ele. O Conselheiro **Swedenberger** propôs que a representação do nível federal contemplasse a SAF, ficando com 3 membros do MS e um daquela Secretaria. O Conselheiro **Milton Menezes** propôs a inclusão do MED pela questão dos Hospitais Universitários e as relações internas entre docentes e técnicos. Ao final da discussão foi posta em votação a minuta de Resolução, com alterações na composição da “*Mesa*”: 11 empregadores (3 do MS, 1 da SAF, 1 do MED, 3 do CONASS e 3 do CONASEMS) e 11 entidades sindicais. A minuta foi aprovada, as entidades serão contatadas e deverá ser viabilizada a primeira

reunião da “Mesa” ainda no mês de maio/93. O **TEMA 09 – Proposta para Credenciamento de Centros de Pesquisas** – foi transferido para junho/93. **TEMA 08 – Participação do CNS no Conselho Nacional de Seguridade Social.** O Ministro Interino relatou que o representante atual do CNS é o Doutor **Mosconi** que, coincidentemente, é Conselheiro do CNS e também Secretário de Assistência à Saúde/Presidente do INAMPS, sendo seu suplente o Conselheiro **Elias Jorge**. A Conselheira **Zilda** sugeriu que o titular fosse o **Elias Jorge**, em função das muitas atribuições do Conselheiro **Mosconi**, e que fosse indicado outro suplente, sugerindo o nome do Conselheiro **Jocélio**. Esta proposta teve aprovação unânime. Ficou acertado que o encaminhamento dos nomes seria feito oficialmente ao Conselho Nacional de Seguridade Social, logo após a Reunião Extraordinária daquele Conselho no dia 12/05/93. Neste momento, o Conselheiro **Seixas** lembrou que a Ata da 23ª Reunião não havia sido aprovada ainda, e que faltava o tema 14 da Reestruturação do CNS para ser discutido. O Ministro Interino comentou que houve uma sugestão de que essa reestruturação fosse acoplada à reestruturação fosse acoplada à reestruturação global do MS, que deverá ocorrer no prazo de mais ou menos noventa dias. O Conselheiro **Swedenberger** lembrou então que, prevalecendo a referida sugestão, a Coordenação do CNS estava isenta de apresentar propostas conforme decisão anterior. O Ministro Interino esclareceu que as coisas não eram excludentes e que o CNS deveria participar do processo de reestruturação. A Ata da 23ª Reunião Ordinária foi colocada em votação e, após correções de alguns Conselheiros, foi aprovada. O Conselheiro **Arlindo**, em nome do Conselheiro **Medeiros**, comunicou a realização do IX Encontro Nacional de Secretários Municipais de Saúde, nos dias 1, 2 e 3 de julho de 1993, em Curitiba, ocasião em que será escolhido o novo presidente do CONASEMS. Retornando à pauta, foi discutido o **TEMA 13 – Integração Terapêutica**. A Coordenação do CNS colocou a necessidade de decidir sobre o encaminhamento da questão, fazendo uma opção entre um painel em junho ou a retomada da discussão do parecer do Conselheiro **Edmundo Juarez**. Alguns Conselheiros manifestaram-se pela realização do painel, outros, pela retomada da discussão a partir do parecer existente. Colocadas em votação as duas propostas, a realização de painel recebeu 2 votos, a retomada da discussão 5 votos e 2 abstenções. O tema deverá retornar em junho próximo. O Ministro Interino da Saúde pediu a palavra e fez referência à decisão do Conselho em reunião anterior, quanto à comercialização de óculos para presbiopia sem a receita médica. Comentou que houve uma decisão sobre o conteúdo, mas a forma como foi aprovada a resolução gera dúvidas e por isso solicitou que a mesma fosse revisada. Após a leitura do texto aprovado anteriormente, o Conselheiro **Swedenberger** ponderou que realmente a forma não estava boa e elogiou a prudência do Ministério em retornar o assunto ao CNS antes de sua homologação. Relembrando preceito regimental, concordou que fosse feita a correção da forma, acrescentando-se um prazo para a elaboração das normas pelo órgão competente. Foi proposta e aprovada por unanimidade, a seguinte redação: *“Recomendar ao Ministério da Saúde, através da Secretaria de Vigilância Sanitária, a elaboração de Normas Técnicas de Produção e Venda de Óculos de Grau para Presbiopia, para que seja instituída sua comercialização, independentemente de receita médica. Estabelecer o prazo de cento e vinte dias para elaboração das referidas normas”*. O Conselheiro **Thiers**, fazendo referência a várias publicações na imprensa leiga sobre o assunto, sugeriu que a Coordenação do CNS enviasse correspondência esclarecendo o posicionamento aprovado. Ao término da reunião foram listados vários temas que deverão compor a pauta da próxima plenária. Estiveram presentes e assinaram o livro os seguintes Conselheiros: Consta no livro de presença a assinatura dos seguintes Conselheiros: **Zaira Campedelli Galante, Carlos Eduardo Ferreira, Milton Menezes da Costa Neto, Jaqueline Almeida Fonseca, Francisco Augusto Vieira Nunes, Ana Maria Lima Barbosa, Leilton Pereira Guedes, Leny May da Silva Campelo, Percy dos Santos, José Eri Osório de Medeiros, Mário da Costa Cardoso Filho, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Nelson de Carvalho Seixas, Thiers Ferreira, Zilda Arns Neumann, Paulo Sergio Barros Barbanti, Benicio Parente Sampaio, Arlindo Fábio Gómez de Sousa, Antonio Elias Jorge, Mansur José Mansur, Jocélio Henrique Drummond, Cláudio José Allgayer, Francisco Ludovico de Almeida Neto, João Guerra de Castro Monteiro, e Rui Brasil Cavalcante**. Justificaram suas ausências os Conselheiros **Mozart de Abreu e Lima, Francisco Ubiratan Dellape, Nilson Holanda, Chafic Farhat, Edmundo Juarez e Hilário Gottseling**. FIM.